



SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	15
SUMÁRIO	19
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	55

PARTE I

HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO

TÍTULO I

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO	63
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO.....	63
2. O TRABALHO HUMANO E A CONSTRUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	63
2.1. As formas de trabalho na antiguidade e na idade média.....	64
2.2. A revolução industrial e a gênese do Direito do Trabalho.....	65
2.3. A consolidação e a constitucionalização do Direito do Trabalho.....	66
3. O DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO	67
3.1. Introdução e contextualização	67
3.2. A Organização Internacional do Trabalho (OIT): histórico e estrutura.....	67
3.2.1. Produção normativa da OIT.....	68
3.2.1.1. As Convenções.....	68
3.2.1.2. As Recomendações	68
3.2.1.3. As Declarações	69
3.2.2. O processo de ratificação de norma internacional no Brasil	69
3.2.3. A hierarquia das normas internacionais no ordenamento brasileiro e a jurisprudência do STF	70
3.2.4. Mecanismos de controle e denúncia	70

TÍTULO II**HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL..... 72**

4.	A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA BRASILEIRA.....	72
4.1.	Introdução.....	72
4.2.	O trabalho no Brasil colonial.....	72
4.2.1.	Organização econômica da Colônia.....	72
4.2.2.	O trabalho escravo indígena e africano	73
4.2.3.	A ausência de direitos trabalhistas	73
4.3.	O trabalho no Brasil imperial.....	73
4.3.1.	Estrutura econômica e social do Império	74
4.3.2.	A Constituição de 1824 e a omissão quanto ao trabalho.....	74
4.3.3.	As primeiras leis abolicionistas	74
4.3.4.	A Lei Áurea e o fim formal da escravidão	75
4.4.	A transição do trabalho escravo para o trabalho livre	75
4.4.1.	O surgimento do trabalho assalariado.....	75
4.4.2.	Contratos de trabalho e Direito Civil.....	76
4.4.3.	O início da organização operária.....	76
4.5.	O trabalho na Primeira República (1889-1930).....	76
4.5.1.	Características políticas e econômicas	76
4.5.2.	A Constituição de 1891 e a ausência de direitos trabalhistas.....	76
4.5.3.	Condições de trabalho e conflitos sociais.....	77
4.6.	A influência do Direito do Trabalho europeu	77
4.6.1.	A revolução industrial e o nascimento do Direito do Trabalho.....	77
4.6.2.	A influência das ideias socialistas e anarquistas.....	77
4.6.3.	A Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	77
4.7.	As primeiras leis trabalhistas no Brasil.....	78
4.7.1.	Legislação esparsa e inicial.....	78
4.7.2.	Limitações da legislação inicial.....	78
4.8.	A Revolução de 1930 e a mudança de paradigma	78
4.8.1.	O novo papel do Estado nas relações de trabalho.....	78
4.8.2.	A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	78
4.9.	O sindicalismo na Era Vargas.....	79
4.9.1.	O modelo corporativista	79
4.9.2.	Vantagens e críticas ao sindicalismo oficial.....	79
4.10.	A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).....	79
4.10.1.	Contexto histórico da CLT	79

4.10.2. Princípios fundamentais da CLT	79
4.10.3. Os impactos da CLT na sociedade brasileira.....	80
4.11. As Constituições de 1934 e 1937.....	80
4.11.1. A Constituição de 1934 e reconhecimento dos direitos sociais	80
4.11.2. A Constituição de 1937 e o Estado Novo	80
4.12. A Justiça do Trabalho.....	80
4.12.1. Criação e evolução institucional	80
4.12.2. A importância da Justiça do Trabalho	81
4.13. A Constituição de 1946 e a redemocratização.....	81
4.13.1. Contexto político e social.....	81
4.14. O regime militar e o Direito do Trabalho (1964-1985).....	81
4.15. A Constituição Federal de 1988 e a revalorização do trabalho	82

TÍTULO III

HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO NO ESTADO DO CEARÁ..... 83

5. A INSURREIÇÃO COMO FONTE NORMATIVA.....	83
5.1. As relações de trabalho e os fatos históricos locais.....	83
5.1.1. O trabalho no Ceará no período colonial	83
5.1.2. O trabalho no Ceará no período imperial	84
5.1.3. A escravidão no Ceará	84
5.1.4. Ação coletiva como fato normativo. A paralisação dos jangadeiros em 1881. Recusa ao embarque de escravos. Desobediência civil e embrião do direito coletivo. A liderança de Dragão do Mar.....	85
5.1.5. Princípios trabalhistas antecipados	86
5.1.6. Repercussão e impactos do ato heroico. Efeitos concretos, simbólicos e o legado de Dragão do Mar.....	87
6. AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA.....	90
6.1. A transição para o trabalho livre e assalariado	90
6.2. O início da industrialização e a organização operária.....	90
6.3. A Era Vargas e a consolidação do Direito do Trabalho no Ceará	90
6.4. A Constituição de 1946 e os efeitos no Direito do Trabalho no Ceará.....	91
6.5. O Direito do Trabalho no Ceará no Regime Militar	91
6.6. A Constituição de 1988 e os desafios contemporâneos	91
6.7. Considerações finais	92

PARTE II

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

TÍTULO I

TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO	97
7. NOÇÕES PROPEDÊUTICAS DO DIREITO DO TRABALHO	97
7.1. Denominação e conceito.....	97
7.2. Características, funções e divisão	98
7.3. Natureza jurídica e autonomia do Direito do Trabalho	99
7.4. Interações do Direito do Trabalho com outros ramos do ordenamento jurídico.....	101
8. FONTES DO DIREITO DO TRABALHO	103
8.1. Fontes materiais.....	103
8.2. Fontes formais.....	104
8.2.1. Fontes formais autônomas.....	104
8.2.1.1. Normas coletivas: convenção e acordo coletivo de trabalho.....	104
8.2.1.2. Regulamento de empresa	104
8.2.1.3. Contrato individual de trabalho.....	105
8.2.2. Fontes formais heterônomas.....	105
8.2.2.1. Fontes estatais de nível constitucional	105
8.2.2.2. Fontes estatais de nível infraconstitucional	105
8.2.2.3. Atos normativos infralegais	106
8.2.2.4. Fontes oriundas do Poder Judiciário	106
8.2.2.5. Os usos e costumes.....	107
8.2.3. A hierarquia das normas trabalhistas.....	108
8.2.4. Soluções para os conflitos entre fontes normativas.....	108
8.2.4.1. Teoria da acumulação ou atomista	108
8.2.4.2. Teoria do conglobamento ou da incidibilidade.....	109
8.2.4.3. Teoria do conglobamento mitigado, orgânico ou por institutos.....	109
8.2.4.4. Critério da especialidade.....	109
9. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS	109
9.1. Conceito e finalidade da interpretação jurídica	109
9.2. Métodos clássicos de interpretação da norma jurídica.....	110
9.2.1. Interpretação gramatical ou literal	110
9.2.2. Interpretação lógico-sistemática.....	110
9.2.3. Interpretação teleológica ou finalística	110
9.2.4. Interpretação histórica.....	110

9.3.	Classificação da interpretação da norma quanto ao resultado	111
9.3.1.	Interpretação declarativa	111
9.3.2.	Interpretação restritiva	111
9.3.3.	Interpretação extensiva	111
9.3.4.	Interpretação evolutiva ou progressiva	111
9.3.5.	Interpretação analógica	112
9.4.	Classificação da interpretação da norma quanto à origem	113
9.4.1.	Interpretação autêntica	113
9.4.2.	Interpretação jurisprudencial.....	113
9.4.3.	Interpretação doutrinária.....	113
10.	INTEGRAÇÃO DE NORMAS: O PREENCHIMENTO DE LACUNAS NO DIREITO DO TRABALHO.....	113
10.1.	Conceito e finalidade	113
10.2.	Distinção entre lacunas reais e lacunas ideológicas.....	114
10.3.	Fundamentos legais da integração de normas trabalhistas.....	114
10.4.	Métodos e instrumentos de integração.....	115
10.4.1.	A autointegração	115
10.4.1.1.	A jurisprudência	115
10.4.1.2.	A analogia	116
10.4.2.	A Heterointegração	118
10.4.2.1.	Equidade	118
10.4.2.2.	Princípios gerais de direito	118
10.4.2.3.	Usos e costumes	118
10.4.2.4.	Direito comparado	119
10.5.	Os métodos integrativos na prática trabalhista.....	119
11.	A APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO: PESSOAS, ESPAÇO E TEMPO.....	120
11.1.	Os destinatários das normas trabalhistas.....	120
11.2.	A incidência espacial e os conflitos de normas trabalhistas.....	121
11.2.1.	Princípio da <i>lex loci executionis</i> (lei do local da prestação dos serviços).....	121
11.2.2.	Exceção da Lei nº 7.064/1982 e o princípio da norma mais favorável....	122
11.2.3.	Situações específicas: marítimos, aeronautas e imunidade de jurisdição	122
11.2.4.	Imunidade de jurisdição e organismos internacionais.....	122
11.3.	A aplicação temporal: o direito intertemporal e a reforma trabalhista	123
11.3.1.	O marco da reforma trabalhista e o entendimento do TST	123
11.3.2.	Retroatividade benigna.....	123
11.3.3.	Direito adquirido.....	124
11.4.	Antinomias jurídicas e a coerência do sistema.....	124

12.	O DIREITO DO TRABALHO E O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA.....	124
12.1.	A crise como fato catalisador da produção jurídica	124
12.2.	A legislação pandêmica: medidas provisórias e conversões legislativas.....	125
12.2.1.	Flexibilização imediata (MP nº 927/2020).....	125
12.2.2.	O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (MP nº 936/2020 e Lei nº 14.020/2020).....	126
12.2.3.	Tentativas de renovação e regime permanente (MP nº 1.045/2021 e Lei nº 14.437/2022)	126
12.3.	Precarização das relações de trabalho.....	126
12.4.	A hermenêutica do possível e a jurisprudência em tempo de crise.....	127
12.5.	A institucionalização do Direito do Trabalho de Emergência: análise crítica e inovações da Lei nº 14.437/2022	128
13.	O DIREITO DO TRABALHO E SEU NORTEAMENTO PRINCIPIOLÓGICO.....	130
13.1.	Conceito de princípios jurídicos	130
13.2.	Funções dos princípios no ordenamento laboral.....	131
13.3.	A dignidade da pessoa humana como base valorativa do Direito do Trabalho e de seus princípios.....	131
13.4.	O princípio da proteção.....	133
13.4.1.	O <i>in dubio pro operario</i>	133
13.4.2.	A aplicação da fonte normativa mais favorável.....	134
13.4.3.	A manutenção da condição mais benéfica	134
13.5.	Princípio da indisponibilidade ou da irrenunciabilidade de direitos.....	135
13.5.1.	Os institutos da renúncia e da transação no contrato individual: alcance e flexibilizações.....	135
13.5.2.	A adesão a Plano de Dispensa Incentivada (PDI) ou Plano de Demissão Voluntária (PDV).....	136
13.5.3.	Mecanismos de solução de conflitos.....	136
13.5.3.1.	Conciliação e mediação	136
13.5.3.2.	Comissões de Conciliação Prévia (CCP).....	137
13.5.3.3.	Arbitragem	137
13.5.3.4.	Autotutela e meios tecnológicos de resolução de conflito	137
13.6.	Princípio da continuidade da relação de emprego	138
13.6.1.	Mecanismos legais de preservação do contrato de emprego	138
13.6.1.1.	Sucessão trabalhista.....	138
13.6.1.2.	Suspensão e interrupção do contrato.....	139
13.6.1.3.	Transferência e flexibilização	139
13.7.	Princípio da primazia da realidade.....	139
13.8.	Outros princípios aplicáveis.....	140
13.8.1.	Princípio da não discriminação.....	140

13.8.2.	Princípio da razoabilidade.....	140
13.8.3.	Princípio da boa-fé e da confiança	141
TÍTULO II		
O TRABALHO E AS DEMAIS ATIVIDADES HUMANAS DE LABOR.....		142
14.	A EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES LABORAIS HUMANAS.....	142
14.1.	Considerações gerais.....	142
14.2.	Formas especiais de prestação de trabalho não empregatício.....	148
14.2.1.	Contrato de estágio	148
14.2.1.1.	Modalidades de contratos de estágio.....	149
14.2.1.2.	Condições do contrato de estágio.....	149
14.2.1.3.	Contraprestação pelas atividades desempenhadas pelo estagiário.....	150
14.2.1.4.	Equidade e isonomia no contrato de estágio.....	151
14.2.1.5.	Vigência do contrato de estágio.....	151
14.2.1.6.	Proteção previdenciária e securitária no regime de estágio	152
14.2.1.7.	Normas de segurança e saúde no ambiente de trabalho.....	152
14.2.1.8.	Recesso para descanso do estagiário.....	153
14.2.1.9.	Registro na carteira de trabalho.....	153
14.2.1.10.	O estágio como instrumento educativo e o problema de sua desvirtuação	153
14.2.1.11.	As peculiaridades do estagiário no setor público	154
14.2.1.12.	Natureza jurídica do estágio e sua compatibilidade com o acúmulo de cargos públicos e benefícios previdenciários.	155
14.2.1.13.	Competência jurisdicional alusiva ao contrato de estágio	157
14.2.2.	Contrato de prestação de serviço voluntário.....	157
14.2.2.1.	Formalização jurídica e a ausência de onerosidade no serviço voluntário à luz da Lei nº 9.608/98.....	158
14.2.2.2.	Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário.....	159
14.2.3.	Residência médica	161
15.	RELAÇÃO DE TRABALHO E INSTRUMENTOS JURÍDICOS.....	162
15.1.	Espécies de relação de trabalho em sentido amplo.....	162
15.1.1.	Contrato de trabalho autônomo.....	162
15.1.2.	Contrato de trabalho eventual.....	164
15.1.3.	Contrato de trabalho avulso	166
15.1.3.1.	O eixo da intermediação: OGMO versus sindicato.....	166
15.1.3.2.	O fluxo financeiro	166
15.1.3.3.	Responsabilidade solidária.....	167
16.	ELEMENTOS CARACTERIZADORES DA RELAÇÃO DE EMPREGO.....	167
16.1.	Pessoalidade (<i>intuitu personae</i>).....	167

16.2.	Onerosidade	168
16.3.	Alteridade	169
16.4.	Não eventualidade (habitualidade).....	169
16.5.	Subordinação.....	169
16.5.1.	Raízes históricas e superação das teorias clássicas.....	170
16.5.2.	Evolução para uma concepção multidimensional e integrativa	171
16.5.3.	Desafios contemporâneos: da terceirização à subordinação algorítmica	171
16.5.4.	Releituras críticas e a expansão do conceito de subordinação	172
16.5.5.	Cumulação dos elementos da relação de emprego	173
17.	CONTRATO DE EMPREGO: NATUREZA JURÍDICA, CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	174
17.1.	Elementos estruturais do contrato de emprego.....	175
17.2.	Estrutura do fato jurídico nos planos da existência, validade e eficácia.....	175
17.3.	Defeitos jurídicos que maculam o contrato de emprego	178
17.4.	Nulidade e anulabilidade do negócio jurídico	182
17.5.	Modalidades do contrato de emprego.....	184
17.6.	Contrato de emprego e distinção dos contratos afins.....	186
17.6.1.	Distinção do contrato de estágio.....	187
17.6.2.	Distinção do contrato de prestação de serviço voluntário	187
17.6.3.	Distinção do contrato de empreitada.....	188
17.6.4.	Distinção do contrato de comissão.....	188
17.6.5.	Distinção do contrato de agência e de distribuição.....	189
17.6.6.	Distinção do contrato de corretagem	189
17.6.7.	Distinção do contrato de sociedade	190
17.6.8.	Distinção do contrato de parceria.....	191
17.6.9.	Distinção de cooperativa de trabalho.....	193
17.6.10.	Distinção do contrato de transporte rodoviário de cargas	194
17.6.11.	Distinção do contrato de facção.....	195
17.7.	As fases pré-contratual, contratual e pós-contratual da relação de emprego...196	
17.7.1.	Fase pré-contratual: a força vinculante da proposta e a boa-fé objetiva	196
17.7.2.	Treinamento e contrato de experiência	198
17.7.3.	Formação do vínculo de emprego: oferta, aceite e o alcance da responsabilidade ao longo do tempo do contrato	199

TÍTULO III

OS SUJEITOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO.....	201
18. A FIGURA JURÍDICA DO EMPREGADO.....	201
18.1. Conceito e classificação de empregado	201

18.2. Classificação de empregado quanto à esfera de execução das atividades laborais	202
18.2.1. Trabalhadores que prestam serviços à administração pública.....	202
18.2.1.1. Servidores estatutários.....	203
18.2.1.2. Dinâmica do vínculo estatutário: da estabilidade efetiva à precariedade fiduciária, os cargos comissionados e os servidores temporários.....	203
18.2.1.3. Empregados públicos.....	204
18.2.1.4. Empregados de entidades paraestatais e a natureza jurídica de seus vínculos.....	205
18.2.2. Empregados do setor privado	208
18.3. Classificação dos empregados privados segundo a atividade do empregador..	208
18.3.1. Empregados rurais	209
18.3.2. Empregados urbanos	210
18.3.2.1. Cumulação de vínculos com pessoas jurídicas de direito público ou privado.....	210
18.3.3. Empregados Domésticos	211
18.3.3.1. Contexto histórico-cronológico dos direitos dos empregados domésticos	211
18.3.3.2. Requisitos do emprego doméstico	214
18.3.3.2.1. Serviços prestados no âmbito residencial	214
18.3.3.2.2. Prestação de serviço para pessoa ou família	215
18.3.3.2.3. Finalidade não lucrativa	217
18.3.3.2.4. Prestação de serviços de forma contínua, por mais de dois dias por semana.....	217
18.3.3.2.5. Pessoa física maior de 18 anos.....	218
18.3.3.3. Direitos constitucionais e regulamentação legal dos direitos trabalhistas dos domésticos.....	218
18.3.3.4. Aspectos gerais de contratação.....	219
18.3.3.5. Duração do trabalho	220
18.3.3.5.1. Prorrogação, compensação e trabalho noturno ..	221
18.3.3.5.2. Repouso semanal remunerado, feriados e intervalos intrajornada e interjornada	223
18.3.3.5.3. Férias anuais remuneradas	224
18.3.3.6. Trabalho em regime de tempo parcial.....	226
18.3.3.7. Contrato doméstico por prazo determinado.....	227
18.3.3.8. Proteção ao trabalho da mulher	228
18.3.3.9. Remuneração.....	229
18.3.3.10. Sistema de proteção contra a dispensa arbitrária: aviso prévio, FGTS e seguro-desemprego.....	231
18.3.3.11. Ruptura contratual.....	233
18.3.3.12. Direitos e garantias previdenciários.....	235

18.4.	Classificação dos empregados privados segundo os vínculos laborais: efetividade e provisoriedade	237
18.5.	Classificação dos empregados privados segundo o local da prestação dos serviços: dentro ou fora da empresa e regime de teletrabalho	237
18.5.1.	Teletrabalho	238
18.5.2.	Teletrabalho e pandemia	241
18.5.3.	Mãe social	242
18.6.	Classificação dos empregados privados segundo a posição na estrutura hierárquica do empregador	245
18.6.1.	Empregado hipersuficiente	245
18.6.2.	Altos empregados e o elemento fideiúsa	246
18.7.	Classificação dos empregados privados segundo o desenvolvimento e formação	247
18.7.1.	Índios	247
18.7.2.	Menores de idade	249
18.8.	Classificação dos empregados privados segundo a nacionalidade	249
18.8.1.	Trabalho de estrangeiros	249
18.9.	Classificação dos empregados privados segundo as formas de atuação no mercado de trabalho	250
19.	O EMPREGADOR	253
19.1.	Quem é empregador para o Direito do Trabalho?	253
19.2.	Grupo econômico e a ampliação da responsabilidade trabalhista	256
19.2.1.	Concepção clássica: o grupo econômico por subordinação	256
19.2.2.	Evolução legislativa: o reconhecimento do grupo por coordenação	256
19.2.3.	Consequência jurídica e seus desdobramentos jurisprudenciais	257
19.3.	Sucessão de empresas	258
19.3.1.	Conceito e fundamento jurídico	258
19.3.2.	Elementos caracterizadores da sucessão	258
19.3.3.	Responsabilidade do sucessor	258
19.3.4.	Sucessão por grupo econômico	259
19.3.5.	Sucessão na Lei de Falências e Recuperação Judicial	260
19.3.6.	Sucessão entre entes de direito público e no caso de privatização	260
19.3.7.	Sucessão na atividade notarial	261
19.4.	O sócio retirante	261
19.5.	O poder de organização do empregador e seus limites normativos	262
19.5.1.	As espécies do poder diretivo	263
19.5.1.1.	Revistas pessoais e íntimas	264
19.5.1.2.	Monitoramento por câmeras de vigilância	264
19.5.1.3.	Monitoramento de e-mails e equipamentos corporativos	265

19.5.1.4. Uso de polígrafo (detector de mentiras).....	265
19.5.2 Poder disciplinar e espécies de penalidades.....	265
19.6. A responsabilidade civil pelo exercício abusivo do poder diretivo.....	266
19.7. Aferição automatizada do desempenho laboral: ponderação entre poder de direção e garantias fundamentais na era da inteligência artificial (IA).....	267
19.8. Da disciplina industrial à internalização do controle: transformações estruturais no mundo do trabalho.....	269
19.8.1. O compromisso industrial e a reorganização da vida social.....	269
19.8.2. Expansão internacional e contradições internas	269
19.8.3. Da fábrica disciplinar à empresa flexível	270
19.8.4. Capital financeiro e colonização simbólica	270
19.8.5. A redefinição da identidade do trabalhador.....	270
19.9. Terceirização	271
19.9.1. A terceirização sob a égide da jurisprudência do TST	272
19.9.2. Modelos de terceirização e fenômenos correlatos.....	273
19.9.3. O novo marco legal e jurisprudencial da terceirização.....	273
19.9.4. As decisões do Supremo Tribunal Federal sobre terceirização.....	274
19.9.5. Responsabilidades legais na terceirização	275
19.9.6. Responsabilidade dos entes públicos	276
 TÍTULO IV	
CONTRATO DE EMPREGO: FORMALIZAÇÃO, EXECUÇÃO E TÉRMINO	283
20. A IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO DIREITO DO TRABALHO: INSTRUMENTO DE CIDADANIA, PROTEÇÃO JURÍDICA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DO TRABALHADOR	283
20.1. Documentação	283
20.2. Carteira de Trabalho	284
20.2.1. Caráter obrigatório	284
20.2.2. Emissão da CTPS digital.....	285
20.2.3. Prazo e forma das anotações	285
20.2.4. Descumprimento do registro na CTPS e seus efeitos jurídicos	286
20.2.4.1. Medidas administrativas	286
20.2.4.2. Atuação judicial diante da ausência de registro da CTPS.....	287
20.2.4.3. Responsabilidade criminal do empregador.....	287
20.2.5. Eficácia probatória da Carteira de Trabalho e Previdência Social.....	288
20.3. Livros de registro de empregados e a era digital	288
21. CONTRATO DE EMPREGO E SUA DIMENSÃO TEMPORAL	289
21.1. Contrato por tempo indeterminado	289

21.1.1.	Contexto histórico e as hipóteses de conversão dos contratos a termo em contratos por tempo indeterminado.....	289
21.1.2.	Fundamentos doutrinários: os princípios da continuidade e da norma mais favorável.....	291
21.1.3.	Efeitos jurídicos no curso do vínculo: interrupção, suspensão e garantias de emprego.....	291
21.1.4.	Extinção contratual e os limites do poder potestativo do empregador	292
21.2.	Contrato intermitente	292
21.2.1.	O novo paradigma da descontinuidade laboral e a estrutura normativa.....	292
21.2.2.	Natureza jurídica.....	293
21.2.3.	Constitucionalidade e críticas doutrinárias.....	294
21.2.4.	O regime jurídico do contrato intermitente: evolução, lacunas e desafios normativos.....	297
21.2.5.	Requisitos e procedimentos operacionais.....	301
21.2.6.	A questão previdenciária.....	304
21.2.7.	Extinção do contrato intermitente.....	304
21.3.	Contrato por tempo determinado	308
21.3.1.	Princípios aplicáveis ao contrato por tempo determinado	309
21.3.2.	Natureza jurídica e forma do contrato a termo.....	309
21.3.3.	Modelos de contratação	310
21.3.4.	Critérios de fixação de vigência.....	310
21.3.5.	Hipóteses objetivas de validade.....	311
21.3.6.	Duração, prorrogação e conversão em tempo indeterminado	312
21.3.6.1.	Limite máximo de duração do contrato a termo e a regra da prorrogação única.....	312
21.3.6.2.	A vedação de contratos sucessivos.....	313
21.3.7.	A função social do contrato a termo na dinâmica laboral contemporânea.....	314
21.3.8.	Espécies de contrato a termo.....	314
21.3.8.1.	Contrato de experiência.....	314
21.3.8.2.	Contrato de aprendizagem.....	319
21.3.8.3.	Contratação para substituição temporária de empregado titular afastado por incapacidade laboral.....	331
21.3.8.4.	Contratos de obra certa e safra	331
21.3.8.5.	Contrato do atleta profissional.....	334
21.3.8.6.	O contrato de trabalho a termo instituído pela Lei nº 9.601/1998	336
21.3.8.7.	Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e sua conformação jurídico-normativa	338

21.3.8.8. Contrato de trabalho temporário (contratação por via indireta).....	342
22. SAÚDE E MÉTODOS DE SEGURANÇA NO TRABALHO	352
22.1. Princípios orientadores.....	352
22.2. Fundamentos constitucionais, evolução conceitual e estrutura da proteção à segurança e à saúde no trabalho.....	353
22.3. Normas regulamentadoras e sua natureza jurídica.....	355
22.4. Fiscalização do trabalho e atuação institucional na tutela do meio ambiente laboral.....	355
22.5. Acidente de trabalho, doença ocupacional e nexo causal.....	356
22.6. Responsabilidade civil no meio ambiente do trabalho	356
22.7. Órgãos de segurança e saúde do trabalhador nas empresas	356
22.7.1. Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho (SESMT) e a gestão preventiva dos riscos operacionais.....	357
22.7.2. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA) e a participação coletiva e democratização da política de prevenção ...	358
22.8. Equipamentos de Proteção Individual no sistema de segurança e saúde do trabalho.....	364
22.8.1. Classificação e tipologia dos equipamentos de proteção individual	365
22.8.2. Obrigação patronal de fornecimento (EPI com certificado) e princípio da gratuidade	365
22.8.3. Indicação técnica e atuação dos órgãos internos de prevenção.....	366
22.8.4. Uso efetivo do EPI e deveres do empregado.....	366
22.8.5. Equipamentos de Proteção Individual e adicional de insalubridade.....	366
22.8.6. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a eficácia do EPI.....	367
22.8.7. Limites do EPI e primazia da proteção coletiva	367
22.9. Exames e atestados médicos: medidas preventivas de medicina do trabalho.....	368
22.9.1. Saúde do trabalhador como valor jurídico tutelado	368
22.9.2. Exames e atestados médicos: distinção conceitual e funcional.....	368
22.9.3. Exames médicos ocupacionais: obrigatoriedade.....	369
22.9.4. Atestados médicos: natureza jurídica, disciplina legal e peculiaridades	370
22.10. Atividades insalubres e atividades perigosas no Direito do Trabalho	396
22.10.1. Atividades ou operações insalubres.....	396
22.10.2. Ambientes insalubres e o trabalho de gestantes e lactantes.....	402
22.10.3. Definição da base de cálculo do adicional de insalubridade.....	404
22.10.4. Natureza remuneratória do adicional de insalubridade e seus efeitos integrativos	406

22.11. Atividades e operações perigosas.....	407
22.11.1. Inflamáveis: conceito técnico, área de risco e limites da caracterização	409
22.11.2. Explosivos: risco potencial e regime jurídico específico	410
22.11.3. Energia elétrica e o conceito de risco equivalente.....	411
22.11.4. Segurança pessoal ou patrimonial e a presunção legal de risco.....	412
22.11.5. Trabalho em motocicleta e risco viário permanente.....	413
22.11.6. Radiação ionizante e radioatividade	413
22.11.7. Bombeiro civil: previsão legal expressa e adicional obrigatório	415
22.11.8. Atividades dos agentes das autoridades de trânsito	415
22.11.9. A configuração jurídica da exposição e do risco acentuado no regime da periculosidade.....	416
22.11.10. Base de cálculo e percentual do adicional de periculosidade	418
22.11.11. Natureza jurídica e efeitos integrativos do adicional de periculosidade na remuneração	419
22.11.12. Vedação e debate jurisprudencial sobre a cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade	420
22.12. Atividades penosas: evolução histórica, lacuna normativa e mora legislativa.....	421
22.13. A promoção da saúde preventiva nas relações de trabalho e as inovações introduzidas pela Lei nº 15.377/2026.....	422
22.14. A reforma da NR-1 e a incorporação dos riscos psicossociais ao gerenciamento de riscos ocupacionais	425
23. OS DESCANSOS DO EMPREGADO NO TRANSCURSO DO TRABALHO.....	428
23.1. Anotações históricas sobre a delimitação do tempo de trabalho e o descanso laboral.....	428
23.2. Aspectos gerais da duração do trabalho	431
23.3. Conceituação, bases jurídicas e alterações pela vigência da Lei nº 13.467/2017	432
23.4. Jornada de trabalho e tempo à disposição: definição e mudanças à luz da Lei nº 13.467/2017.....	435
23.5. Trabalho de duração especial, regime de tempo parcial e as alterações da reforma trabalhista	437
23.6. Prorrogação e compensação de jornada de trabalho: distinções	438
23.7. Horas extras: fundamentos, limites e consequências.....	441
23.8. Compensação de jornada e banco de horas.....	447
23.9. Trabalho diurno, noturno e misto: diferenças conceituais.....	451
23.10. Trabalho noturno rural: características e distinções em relação ao trabalho na área urbana.....	452
23.11. Aplicação uniforme das regras de intervalo intrajornada ao trabalho diurno e ao trabalho noturno.....	453

23.12. Jornada de trabalho mista: características.....	453
23.13. Cumulação do adicional noturno com o adicional de horas extras	454
23.14. Intervalos laborais obrigatórios: intrajornada, interjornada e descanso semanal remunerado.....	454
23.15. A superação da jornada 6x1 e a implantação da jornada 5x2: fundamentos jurídicos, legislativos e sociais.....	457
24. O REPOUSO ANUAL DE FÉRIAS REMUNERADAS.....	459
24.1. Conceito de férias.....	459
24.2. Dados históricos e legislativos do direito a férias	459
24.3. Controvérsias sobre a aplicação da Convenção nº 132 da OIT	462
24.4. Tipos: férias individuais e férias coletivas.....	469
24.4.1. Férias individuais nos contratos por prazo indeterminado: conceito, finalidade e prestação de serviços a mais de um empregador.....	469
24.4.2. Período aquisitivo.....	470
24.4.3. Período concessivo.....	470
24.4.3.1. Aspectos relevantes do período concessivo, fraciona- mento e época da concessão das férias individuais.....	471
24.4.3.2. Incapacidade laboral durante o período concessivo	472
24.4.3.3. Incapacidade laboral durante o gozo das férias.....	473
24.4.4. Marcação do período de gozo de férias: ato do empregador, consulta ao empregado, membros da mesma família, estudante menor, aprendiz, formalização da comunicação e registro na carteira de trabalho	474
24.4.5. Gozo efetivo, suspensão e interrupção das férias individuais.....	475
24.4.6. Ausência de gozo de férias, concessão fora do prazo legal e pagamento de remuneração em dobro.....	477
24.4.7. Duração do período das férias individuais: trabalho em regime de tempo integral, trabalho em regime de tempo parcial e domésticos	480
24.4.8. Faltas injustificadas, redução do período de férias individuais e ausências legalmente permitidas.....	485
24.4.9. Perda do direito às férias individuais	490
24.4.10. Remuneração das férias individuais: composição e base de cál- culo, terço constitucional, abono pecuniário e suas distinções jurídicas	494
24.4.11. Indenização das férias individuais na ruptura do pacto laboral.....	501
24.4.12. Férias individuais nos regimes contratuais específicos: contratos de trabalho por prazo determinado, contratos de trabalho tem- porários, contratos de trabalho intermitentes, professores, mãe social, atletas profissionais, aeronautas e advogados empregados.....	505
24.4.13. Férias do trabalhador avulso e a equiparação constitucional.....	509
24.4.14. O efeito do tempo sobre a pretensão do trabalhador às férias: o fenômeno prescricional	512

24.5. Férias coletivas	514
24.5.1. Conceito, natureza jurídica e finalidade das férias coletivas.....	514
24.5.2. Requisitos formais para a concessão de férias coletivas	515
24.5.3. Duração e fracionamento das férias coletivas e anotação em CTPS.....	516
24.5.4. Situações específicas e direitos pecuniários.....	516
24.5.5. Diferenças marcantes entre férias individuais e férias coletivas	517
24.6. Impactos da pandemia de Covid-19, regime jurídico emergencial e férias coletivas.....	518
24.7. O microsistema de regimes emergenciais: férias coletivas e férias individuais em cenários atípicos e a aplicação das Leis 14.437/2022 e 14.457/2022.....	519
24.8. Anotações conclusivas sobre férias coletivas.....	522
24.9. Considerações finais sobre férias e o direito ao descanso na “Sociedade do Cansaço”: natureza, abrangência e desafios contemporâneos.....	522
25. A CONTRAPRESTAÇÃO PATRONAL PELO TRABALHO RECEBIDO: REMUNERAÇÃO, SALÁRIO E COMPLEXOS SALARIAIS.....	524
25.1. Os fundamentos da contraprestação laboral: confiança e alteridade.....	524
25.2. Etimologia de salário e remuneração, evolução histórica, legislativa e terminologias jurídicas	525
25.3. Remuneração, salário e indenização no Direito do Trabalho brasileiro: distinções, parcelas componentes e efeitos jurídicos.....	531
25.4. Classificação e morfologia do salário.....	536
25.5. Padrões remuneratórios mínimos: salário mínimo geral, salário profissional, piso salarial convencional e salário normativo.....	538
25.6. Salário mínimo: conceito, evolução história, natureza jurídica, dimensão constitucional e vedação de vinculação	539
25.7. Pisos salariais estaduais.....	542
25.8. Pisos salariais especiais e profissões regulamentadas: médicos, dentistas, engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos, veterinários, técnicos em radiologia, magistério, agentes comunitários de saúde (ACS), agentes de combate às endemias (ACE), profissionais da enfermagem e parteiras.....	543
25.9. Piso salarial convencional.....	548
25.10. Salário normativo	549
25.11. Salário mínimo legal, salário contratual, salário in natura e vedação ao truck system.....	550
25.12. Salário-base, comissões e trabalho intermitente	560
25.13. Teto constitucional e a administração pública indireta.....	565
25.14. Salário-maternidade e licença-paternidade: fundamentos, natureza e regime jurídico.....	566
25.14.1. A licença-paternidade e o salário-paternidade à luz da Lei nº 15.371/2026	568

25.15. Complementos salariais: natureza jurídica e classificação	571
25.15.1. Complementos salariais próprios	572
25.15.1.1. Adicionais	573
25.15.1.1.1. Adicional de insalubridade	574
25.15.1.1.2. Adicional de periculosidade	581
25.15.1.1.3. Adicional de penosidade	591
25.15.1.1.4. Adicional noturno	592
25.15.1.1.5. Adicional de hora extraordinária	595
25.15.1.1.6. Adicional de transferência	610
25.15.1.1.7. Adicional de produtividade	613
25.15.1.1.8. Adicional de assiduidade	614
25.15.1.1.9. Adicional de fronteira e difícil acesso	615
25.15.1.1.10. Adicional de risco portuário	615
25.15.1.2. Gratificações	618
25.15.1.3. Prêmios	621
25.15.1.4. Comissões e percentagens	624
25.15.1.5. Quebra de caixa	628
25.15.1.6. Luvas	630
25.15.2. Complementos salariais impróprios	633
25.15.2.1. Abono salarial	633
25.15.2.2. Adicional de tempo de serviço	635
25.15.2.3. Gratificação de função incorporada	637
25.15.2.4. Gratificação natalina	640
25.16. Suplementos salariais	643
25.16.1. Gorjetas	645
25.16.2. Gueltas	647
25.16.3. Direito de arena	649
25.16.4. Direito de uso de imagem	651
25.16.5. Bichos	653
25.17. Parcelas não remuneratórias	655
25.17.1. Indenizações: dano material, moral, estético e existencial	655
25.17.1.1. Danos materiais: aplicação da lei civil e a jurisprudência do TST	658
25.17.1.2. Danos morais: proteção da dignidade da pessoa humana na jurisprudência do TST	664
25.17.2. Penalidades: multas legais e normativas	667
25.17.2.1. Multa do artigo 467 da CLT	668
25.17.2.2. Multa do artigo 477 da CLT	670

25.17.2.3. Multas convencionadas	672
25.17.3. Ressarcimentos de despesas	672
25.17.3.1. Ajuda de custo	673
25.17.3.2. Diárias.....	674
25.17.3.3. Verba de representação.....	675
25.17.3.4. Reembolso de quilometragem.....	675
25.18. Outras parcelas não remuneratórias por determinação legal.....	675
25.18.1. Salário-família	676
25.18.2. Participação nos lucros ou resultados.....	678
25.18.3. Abono pecuniário de férias	681
25.18.4. Parcela <i>in natura</i> do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)...	683
25.18.5. Abono do Programa de Integração Social (PIS).....	686
25.18.6. Ajuda compensatória mensal.....	688
25.18.7. Vale-transporte.....	689
25.18.8. Reembolso-creche.....	692
25.18.9. Reembolso-babá.....	693
25.19. Verbas conexas ao contrato de emprego	695
25.19.1. <i>Stock option</i>	695
25.19.2. Locação de bens do empregado pelo empregador.....	697
26. PRINCÍPIOS E MECANISMOS PROTETIVOS DA CONTRAPRESTAÇÃO LABORAL DO EMPREGADO	699
26.1. Particularidades jurídicas da quitação remuneratória.....	699
26.2. Limites cronológicos para a satisfação da contraprestação laboral	699
26.3. Vedação ao adimplemento salarial em moeda estrangeira.....	700
26.4. Regime jurídico-formal: meios, tempo, local e prova do adimplemento salarial	702
26.5. Vedação ao salário complessivo.....	705
26.6. Quitação salarial do trabalhador menor.....	706
26.7. Mecanismos jurídicos de tutela da remuneração.....	706
26.7.1. Proteção contra práticas abusivas do empregador: intangibilidade e irredutibilidade do salário do empregado	706
26.7.2. Limitações jurídicas à negociação coletiva.....	708
26.7.3. Ausência de garantia constitucional do valor real da remuneração	708
26.7.4. Atuação sindical na preservação da remuneração	708
26.7.5. Regime remuneratório baseado na produção	709
26.7.6. Hipóteses excepcionais de mitigação da irredutibilidade salarial	709
26.7.7. Redução proporcional de jornada laboral e de remuneração em contexto de calamidade pública.....	710

26.7.8.	Descontos salariais legalmente autorizados.....	711
26.7.9.	Responsabilidade do trabalhador por prejuízos causados ao empregador	712
26.7.10.	Garantia de livre disponibilidade da remuneração e vedação ao <i>Truck System</i>	713
26.7.11.	Proteção do salário em face dos credores do empregado	714
26.7.12.	Proteção do salário do empregado diante da insolvência empresarial.....	716
27.	IGUALDADE REMUNERATÓRIA.....	717
27.1.	Paridade de remuneração.....	717
27.2.	Fixação subsidiária da remuneração	719
27.3.	Equiparação salarial.....	720
27.3.1.	Pressupostos jurídicos da equiparação salarial	722
27.3.2.	Remuneração em caso de substituição temporária.....	730
27.4.	Enquadramento salarial	732
27.4.1.	Modalidades de reenquadramento	732
27.4.2.	Restrições ao reenquadramento por desvio funcional no serviço público celetista	734
27.4.3.	Desvio funcional sem plano formal de carreira.....	734
27.5.	Acúmulo, desvio e substituição de funções no contrato de trabalho: natureza, distinções e consequências jurídicas	735
28.	MUTAÇÕES DO CONTRATO DE EMPREGO.....	736
28.1.	Pressupostos teóricos e bases estruturais	736
28.2.	Tipologia das modificações contratuais	737
28.2.1.	Modificações contratuais de natureza impositiva.....	738
28.2.2.	Modificações contratuais decorrentes da vontade das partes.....	738
28.2.2.1.	Alterações consensuais bilaterais	738
28.2.2.2.	Modificações unilaterais do pacto laboral	739
28.2.2.2.1.	Acréscimo favorável sem compensação	740
28.2.2.2.2.	Consentimento presumido.....	740
28.2.2.2.3.	Ajustes decorrentes do poder diretivo do empregador.....	741
28.2.2.2.4.	Alterações contratuais decorrentes de imposição normativa.....	742
28.3.	Prerrogativa de oposição do empregado (<i>ius resistentiae</i>).....	746
28.4.	Tipos de modificação contratual	747
28.4.1.	Modificação das atribuições funcionais e seus efeitos	748
28.4.1.1.	Acúmulo de atribuições funcionais.....	748
28.4.1.2.	Ascensão funcional.....	749
28.4.1.3.	Desqualificação ou rebaixamento funcional.....	750
28.4.1.4.	Retorno ao cargo efetivo	750

28.4.1.5.	Readaptação funcional por limitação laborativa.....	751
28.4.1.6.	Deslocamento indevido de atribuições.....	753
28.4.2.	Modificações da duração do trabalho	753
28.4.2.1.	Diminuição da jornada com redução remuneratória.....	754
28.4.2.2.	Diminuição da jornada sem redução remuneratória.....	754
28.4.2.3.	Ampliação da jornada por trabalho extraordinário reiterado.....	755
28.4.2.4.	Prorrogação ocasional da jornada com prestação de horas suplementares não habituais.....	755
28.4.2.5.	Eliminação do labor suplementar habitual.....	756
28.4.2.6.	Alteração unilateral dos horários e dias de trabalho	756
28.4.2.7.	Alteração do sistema de compensação do tempo de trabalho.....	757
28.4.2.8.	Ampliação do período de descanso intrajornada.....	757
28.4.2.9.	Redução ou eliminação do intervalo intrajornada.....	758
28.4.3.	Reorganização do regime de turnos de trabalho.....	759
28.4.3.1.	Transferência do empregado do turno diurno para o noturno.....	760
28.4.3.2.	Transferência do empregado do turno noturno para o diurno.....	760
28.4.3.3.	Conversão de turno fixo em regime de revezamento.....	761
28.4.3.4.	Conversão do regime de revezamento em turno fixo.....	761
28.4.4.	Modificações remuneratórias	762
28.4.4.1.	Modificação do montante remuneratório	762
28.4.4.2.	Reestruturação dos componentes da remuneração.....	764
28.4.4.3.	Modificação do intervalo de quitação salarial.....	765
28.4.4.4.	Modificação do dia de pagamento da remuneração	765
28.4.4.5.	Modificação da forma de quitação salarial	766
28.4.4.6.	Modificação da natureza jurídica das verbas pagas ao empregado.....	767
28.4.5.	Modificação do sujeito destinatário da prestação laboral.....	768
28.4.5.1.	Modificação do tomador de serviços dentro do grupo econômico.....	768
28.4.5.2.	Modificação do tomador de serviços em contrato de prestação terceirizada.....	768
28.4.6.	Modificação do lugar da prestação laboral.....	769
28.4.6.1.	Transferência, reposicionamento e remoção funcional.....	769
28.4.6.2.	Presunção de consentimento e parcela compensatória de transferência	770
28.5.	Regime prescricional das alterações do contrato de emprego.....	770
29.	SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE EMPREGO.....	772
29.1.	Aspectos gerais: conceito, distinção e efeitos jurídicos.....	772
29.2.	Suspensão contratual nos contratos por prazo determinado.....	773

29.3. Garantia provisória de emprego nos contratos a termo.....	774
29.4. Hipóteses legais de suspensão do contrato de trabalho	775
29.4.1. Exercício de encargo público e repercussões contratuais	775
29.4.2. Afastamento por motivo de segurança nacional	776
29.4.3. Mandato sindical.....	776
29.4.4. Greve.....	777
29.4.5. Suspensão do contrato por medida sancionatória disciplinar e por procedimento investigativo.....	777
29.4.6. Suspensão contratual por incapacidade laboral previdenciária	778
29.4.6.1. Situação de desamparo previdenciário temporário (limbo).....	779
29.4.6.1.1. Desamparo decorrente da inobservância do período de carência.....	779
29.4.6.1.2. Incompatibilidade entre alta previdenciária e reprovação em exame de retorno.....	780
29.4.6.2. Provisoriidade da aposentadoria por incapacidade permanente e efeitos no vínculo empregatício.....	781
29.4.6.3. Aposentadoria por incapacidade permanente e formas jurídicas de extinção do vínculo empregatício	783
29.4.6.4. Cumulação de proventos de aposentadoria por inca- pacidade com remuneração do trabalho	784
29.4.7. Suspensão do contrato em razão de inquérito administrativo ou de prisão preventiva com impronúncia ou absolvição	785
29.4.8. Suspensão do contrato para participação do empregado em ações de formação e qualificação profissional.....	786
29.4.9. Suspensão do vínculo laboral para proteção da integridade física e psíquica da mulher vítima de violência doméstica.....	787
29.4.10. Suspensão excepcional do contrato de trabalho no regime da Lei nº 14.020/2020.....	788
29.4.11. Suspensão do contrato de trabalho no regime permanente da Lei nº 14.437/2022.....	789
29.5. Hipóteses legais de interrupção do contrato de trabalho	791
29.5.1. Descanso semanal remunerado e feriados.....	791
29.5.2. Férias.....	792
29.5.3. Ausências legalmente justificadas.....	792
29.5.3.1. Situações previstas no art. 473 da CLT.....	792
29.5.3.2. Regime diferenciado aplicável aos docentes.....	795
29.5.3.3. Liberação do horário de trabalho para consultas e exames no período gestacional.....	795
29.5.3.4. Ausências no curso do aviso prévio trabalhado.....	796
29.5.3.5. Dispensa laboral para atuação junto à Justiça Eleitoral.....	796

29.5.3.6. Ausências laborais decorrentes das medidas emergenciais da Lei nº 13.979/2020.....	796
29.5.3.7. Ausências relacionadas às hipóteses da Lei nº 14.128/2021.....	799
29.5.4. Regime jurídico das ausências sem reflexos remuneratórios.....	800
29.5.5. Incapacidade temporária para o trabalho e responsabilidade remuneratória inicial.....	800
29.5.6. Afastamentos remunerados por licença.....	801
29.5.6.1. Licença-paternidade.....	801
29.5.6.2. Ampliação da licença-maternidade no âmbito do Programa Empresa-Cidadã.....	804
29.5.6.3. Afastamento funcional para candidatura a mandato eletivo.....	805
29.5.6.4. Dispensa parcial para exercício em Comissão de Conciliação Prévia.....	805
29.5.6.5. Afastamento justificado para atuação no Conselho Curador do FGTS.....	805
29.5.7. Interrupções da atividade por iniciativa patronal.....	805
29.5.8. Anulação de suspensão disciplinar.....	806
29.5.9. Afastamento fundado em razões de Segurança do Estado.....	806
29.6. Hipóteses atípicas de afastamento com previsão legal específica.....	806
29.6.1. Cumprimento do serviço militar obrigatório.....	807
29.6.2. Licença-maternidade com pagamento do salário-maternidade pela Previdência Social.....	807
29.6.3. Afastamento do empregado em razão de incapacidade temporária ou permanente por acidente de trabalho.....	810
29.6.3.1. Repercussões contratuais mantidas em favor do empregado acidentado.....	811
29.6.3.1.1. Contagem do afastamento acidentário como tempo de serviço.....	811
29.6.3.1.2. Continuidade dos recolhimentos do FGTS no período de afastamento acidentário.....	812
29.6.3.1.3. Repercussões jurídicas do afastamento por acidente do trabalho no período de férias.....	817
29.6.3.2. Efeitos contratuais reconhecidos pela construção jurisprudencial.....	817
29.6.3.2.1. Continuidade do plano de saúde ou assistência médica.....	817
29.6.3.2.2. Posse de imóvel funcional durante a suspensão contratual.....	818
29.7. Pactuação autônoma das hipóteses de suspensão e interrupção do vínculo empregatício.....	818
28.7.1. Suspensão do contrato por iniciativa individual vinculada a interesse pessoal do trabalhador.....	819

29.7.2.	Suspensão do contrato em razão do exercício de cargo de direção por empregado eleito.....	819
29.7.3.	Suspensão do contrato decorrente do exercício da autonomia privada coletiva na hipótese de <i>lay-off</i>	820
30.	GARANTIAS DE EMPREGO, ESTABILIDADE E FGTS.....	821
30.1.	Aspectos históricos, conceito e espécies.....	821
30.2.	Garantias de emprego em sentido estrito	825
30.2.1.	Indenização compensatória de 40% do FGTS.....	825
30.2.2.	Indenização do art. 479 da CLT.....	827
30.2.3.	Indenização do art. 322, § 3º, da CLT.....	827
30.2.4.	Indenização do art. 476-A, § 5º, da CLT	828
30.3.	Estabilidade.....	828
30.3.1.	Estabilidade decenal	829
30.3.2.	Estabilidade dos servidores públicos celetistas	832
30.3.3.	Estabilidade da gestante e adotante	834
30.3.4.	Estabilidade da mulher em situação de violência doméstica.....	838
30.3.5.	Estabilidade por acidente de trabalho	838
30.3.6.	Estabilidade do cipeiro.....	841
30.3.7.	Estabilidade do dirigente sindical	842
30.3.8.	Estabilidade do diretor de cooperativa de empregados.....	845
30.3.9.	Estabilidade dos membros trabalhadores do Conselho Nacional de Previdência Social, das Comissões de Conciliação Prévia, do Conselho Curador do FGTS e da Comissão de Representantes dos Empregados nas empresas com mais de 200 empregados.....	845
30.3.10.	Estabilidade do empregado discriminado.....	847
30.3.11.	Estabilidade do aprendiz.....	848
30.4.	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	848
30.4.1.	Aspectos gerais.....	848
30.4.2.	Base de cálculo, alíquota, juros, atualização monetária, mora e expurgos inflacionários.....	850
30.4.3.	Cobrança, inadimplemento, interrupção e suspensão do recolhimento de FGTS.....	852
30.4.4.	Nulidade contratual e efeitos jurídicos.....	853
30.4.5.	Saques	855
31.	TÉRMINO DO CONTRATO DE EMPREGO	859
31.1.	Introdução.....	859
31.2.	Termo final dos contratos por tempo determinado	860
31.3.	A questão da aposentadoria e suas repercussões no contrato de emprego	861
31.4.	Dissolução do contrato de emprego	864

31.4.1.	Dissolução por rescisão.....	865
31.4.1.1.	Rescisão unilateral.....	865
31.4.1.2.	Rescisão unilateral em contratos por tempo indeterminado.....	865
31.4.1.2.1.	Aviso prévio: características gerais.....	865
31.4.1.2.2.	Aviso prévio trabalhado e indenizado	867
31.4.1.2.3.	Estabilidade e aviso prévio.....	868
31.4.1.2.4.	Aviso prévio e outras modalidades de extinção contratual.....	869
31.4.1.3.	Rescisão unilateral em contratos por tempo determinado....	869
31.4.1.3.1.	Cláusula assecuratória de direito recíproco	869
31.4.1.4.	Rescisão bilateral do contrato de emprego.....	870
31.4.1.4.1.	Rescisão bilateral em contratos por tempo indeterminado	872
31.4.1.4.2.	Rescisão bilateral em contratos por tempo determinado	873
31.4.1.5.	Caracterização da despedida motivada e imotivada.....	873
31.4.1.5.1.	Dispensa motivada.....	873
31.4.1.5.2.	Dispensa imotivada.....	875
31.4.1.6.	A Convenção nº 158 da OIT	876
31.4.1.7.	A motivação para a dispensa de empregados vinculados ao poder público	878
31.4.1.8.	As despedidas singular e coletiva.....	879
31.4.2.	Dissolução do contrato de emprego por resolução	881
31.4.2.1.	Surgimento de condições resolutivas voluntárias.....	881
31.4.2.1.1.	Direitos e deveres das partes do contrato de emprego.....	882
31.4.2.1.2.	Requisitos obrigatórios para a resolução contratual.....	885
31.4.2.1.3.	Da análise do elemento culpa do empregado.....	888
31.4.2.1.4.	Culpa do empregador	899
31.4.2.1.5.	Culpa recíproca.....	907
31.4.2.2.	Resolução involuntária do contrato de emprego.....	909
31.4.2.2.1.	Morte do empregado ou empregador	909
31.4.2.2.2.	Força maior como causa da extinção do contrato	911
31.4.2.2.3.	Fato do príncipe como causa de extinção do contrato.....	912
31.4.3.	Resolução do contrato por rescisão	915
31.5.	Quitação das verbas decorrentes da cessação do contrato de trabalho.....	916
31.5.1.	Base de cálculo	917
31.5.2.	Termo de rescisão do contrato de trabalho (TRCT).....	917
31.5.3.	Homologação da quitação.....	918

31.5.4. Quitação e eficácia liberatória ao empregador	919
31.5.5. Prazo para pagamento das verbas rescisórias e cominações aplicáveis pelo atraso na quitação.	920
31.5.6. A aplicabilidade da multa de 50% prevista no art. 467 da CLT	923
31.5.7. Termo de quitação anual de obrigações trabalhistas	925
31.6. Seguro-desemprego	926
31.6.1. Finalidades e requisitos do seguro.....	927
31.6.2. Número de parcelas e valor do seguro.....	929
31.6.3. Possibilidade de condicionante à percepção do seguro-desemprego.....	931
31.6.4. Suspensão e cancelamento do benefício	931
31.6.5. Pessoalidade e intransferibilidade	932
31.6.6. Extensão do seguro-desemprego aos empregados domésticos.....	932
31.6.7. A incidência temporária de contribuição previdenciária sobre o seguro-desemprego.....	933
31.7. Manutenção de plano de saúde de ex-empregado.....	934

TÍTULO V

PROTEÇÃO AOS TRABALHADORES FRAGILIZADOS E DISCRIMINADOS

32. O TRABALHO DA MULHER	936
32.1. A proteção na fase pré-contratual.....	937
32.2. Proteção na fase contratual.....	938
32.2.1. Métodos e meio ambiente de trabalho	938
32.2.2. Regime diferenciado de descansos.....	938
32.2.2.1. O intervalo intrajornada previsto no art. 384 da CLT	939
32.2.2.2. A licença-menstrual	940
32.2.3. Limites do uso da força física	940
32.2.4. Proibição às revistas íntimas.....	940
32.2.5. Proteção à maternidade biológica e à amamentação.....	941
32.2.5.1. Período gestacional	941
32.2.5.2. Período pós-gestacional	948
32.2.6. Proteção à maternidade socioafetiva e ao aleitamento	957
32.2.7. Proteção ao exercício da parentalidade.....	958
32.2.7.1. Direitos da paternidade solo e da mãe não parturiente.....	959
32.2.8. Medidas de reintegração ao emprego após a licença.....	961
32.2.9. Programa emprega + mulher	962
32.2.10. A isonomia salarial de gênero e a Lei nº 14.611/2023	963
32.2.11. O julgamento com perspectiva de gênero e o protocolo do CNJ	964
32.2.12. Extensão de prazos acadêmicos por motivo de parentalidade	966

33.	O TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SEUS ASPECTOS ESPECÍFICOS.....	967
33.1.	Conceito e modalidades de contratação do menor	967
33.1.1.	O trabalho artístico e desportivo como atividade em sentido estrito.....	968
33.1.2.	O menor empregado e a relação de trabalho.....	969
33.1.2.1.	Nulidade contratual por idade inferior à mínima	970
33.1.2.2.	Anulabilidade contratual e incapacidade relativa.....	970
33.1.2.3.	O contrato de aprendizagem	971
33.1.2.4.	Contratos de empregos ordinários.....	972
33.2.	Tutelas específicas do contrato de trabalho.....	972
33.2.1.	Requisitos formais da contratação.....	973
33.2.2.	Proteção ao local de trabalho, moralidade e salubridade	973
33.2.3.	Restrições de horário e trabalho noturno	974
33.2.4.	Limites de duração da jornada.....	975
33.2.5.	Limites de força muscular despendida.....	975
33.2.6.	Pagamento de salários e proteção financeira	976
33.2.7.	Rescisão contratual e assistência obrigatória.....	976
33.2.8.	Prazos prescricionais aplicáveis ao menor	977
34.	A INCLUSÃO LABORAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	977
34.1.	Tutela constitucional da pessoa com deficiência.....	978
34.2.	A Convenção de Nova York e seu protocolo facultativo	979
34.3.	A lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência.....	980
34.4.	O sistema de cotas e a inclusão no mercado de trabalho.....	981
34.5.	A cota da Lei nº 8.213/1991 e a garantia de emprego.....	982
34.6.	Garantia provisória de emprego na pandemia e a Lei nº 14.020/2020	982
34.7.	A pessoa com deficiência e o contrato de estágio	983
34.8.	A aprendizagem da pessoa com deficiência.....	984
34.9.	Readaptação profissional decorrente de deficiência.....	985
34.10.	Autonomia coletiva e a proibição do retrocesso social.....	985
34.11.	Tramitação processual prioritária	985
34.12.	Aposentadoria e benefícios previdenciários da pessoa com deficiência.....	986
34.13.	O cordão de girassol como identificador de deficiências ocultas	986
35.	A POPULAÇÃO TRANSGÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO.....	987
35.1.	Impactos da identidade de gênero nas relações de trabalho.....	988
35.2.	Dever de respeito e a acomodação razoável	988
35.2.1.	O papel jurisdicional na promoção da inclusão	989
35.2.2.	Interseccionalidade e atuação antidiscriminatória	989
35.3.	Tutela trabalhista da pessoa transgênero.....	990
35.3.1.	Barreiras no acesso ao emprego e processos seletivos.....	991

35.3.2. Ausência de legislação específica sobre cotas.....	991
35.3.3. Prerrogativa do uso do nome social no trabalho.....	993
35.3.4. Códigos de vestimenta ou dress code e identidade de gênero.....	993
35.3.5. Acesso a instalações sanitárias e vestiários	994
35.3.6. Proteção fisiológica e a aplicação do antigo artigo 384 da CLT	995
35.4. Requisitos previdenciários e a identidade de gênero.....	995
36. O TRABALHO DA PESSOA IDOSA E O ENVELHECIMENTO ATIVO	996
36.1. Base legal de proteção ao trabalhador idoso.....	997
36.2. O combate ao etarismo ou ageísmo laboral.....	997
36.3. Saúde e segurança do trabalhador longo vivo	998
36.4. Requalificação e acesso ao mercado	999
36.5. A discriminação por sobrequalificação profissional: reflexos da “Síndrome de Procusto” e a tutela da dignidade intelectual no ambiente de trabalho.....	1000

TÍTULO VI

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO.....	1003
37. O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E O TEMPO.....	1003
37.1. Conceitos e diferenças entre prescrição e decadência	1004
37.2. A prescrição na esfera laboral.....	1005
37.3. Classificação das prescrições	1006
37.3.1. Prescrição aquisitiva e liberatória.....	1007
37.3.2. Prescrição total e parcial	1007
37.3.3. Prescrição extintiva da execução	1009
37.4. <i>Actio nata</i> e o início do prazo prescricional	1010
37.5. Hipóteses de impedimento da prescrição	1012
37.6. Hipóteses de interrupção da prescrição.....	1013
37.7. Situações específicas de prescrição	1014
37.7.1. A prescrição do trabalhador rural.....	1015
37.7.2. A prescrição do trabalhador avulso	1016
37.7.3. A prescrição do empregado doméstico	1017
37.7.4. A prescrição intercorrente trabalhista.....	1018
37.7.5. Pretensões imprescritíveis ou ações declaratórias	1019
37.8. O instituto da decadência no processo do trabalho	1020
37.9. Tipos de prazos decadenciais	1021
37.9.1. Decadência legal e convencional.....	1021
37.9.2. Efeitos definitivos e temporários	1023
37.10. Hipóteses de impedimento da decadência.....	1024

PARTE III

DIREITO SINDICAL E DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

TÍTULO I

TEORIA GERAL DO DIREITO SINDICAL E COLETIVO.....	1029
38. SINDICALISMO E DIREITO COLETIVO.....	1029
38.1. Evolução histórica do sindicalismo.....	1029
38.2. Terminologia	1030
38.3. Definição.....	1031
38.4. Abrangência e objeto	1032
38.5. Finalidades do direito coletivo.....	1032
38.6. Principiologia do direito coletivo	1033
38.6.1. O princípio da liberdade sindical.....	1034
38.6.1.1. Conceito de liberdade sindical	1035
38.6.1.2. Dimensões individual e coletiva da liberdade.....	1035
38.6.1.3. A Convenção 87 da OIT e a autonomia.....	1036
38.6.1.4. Atos antissindicais.....	1037
38.6.2. Princípios operacionais do sindicalismo.....	1038
38.6.2.1. Princípios regentes dos sujeitos coletivos.....	1039
38.6.2.1.1. Princípio da exclusividade de representação ou pureza.....	1039
38.6.2.1.2. Princípio da gestão democrática.....	1040
38.6.2.1.3. Princípio da participação sindical necessária.....	1040
38.6.2.1.4. Princípio da paridade de armas ou equivalência.....	1041
38.6.2.1.5. Princípio da lealdade e transparência negocial.....	1042
38.6.2.1.6. Princípio do dever de negociar.....	1043
38.6.2.2. Princípios regentes da negociação coletiva.....	1044
38.6.2.2.1. Princípio do poder normativo criativo.....	1044
38.6.2.2.2. Princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.....	1045
38.6.2.2.3. Princípio da presunção de boa-fé da atuação sindical.....	1046
38.6.2.2.4. Princípio da adequação setorial negociada.....	1047
38.7. Tutela dos interesses nas relações coletivas.....	1047
38.7.1. Direitos individuais homogêneos	1048
38.7.2. Direitos coletivos em sentido estrito	1049
38.7.3. Direitos difusos	1050
39. ORGANIZAÇÃO SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA.....	1051

39.1.	Noções gerais	1052
39.2.	A associação natural e a noção de categoria.....	1052
39.3.	Categoria econômica e categoria profissional	1053
39.4.	Categoria profissional diferenciada.....	1054
39.5.	Integrantes da categoria profissional e associados ao sindicato.....	1055
39.6.	A organização sindical brasileira.....	1056
39.7.	Modelos sindicais e o sistema brasileiro de organização sindical	1057
40.	ORGANISMOS SINDICAIS E PARASSINDICAIS.....	1058
40.1.	Sindicato: conceito, natureza jurídica e funções.....	1059
40.2.	Estrutura e administração do sindicato.....	1060
40.3.	Mandato sindical e garantias dos dirigentes sindicais	1061
40.3.1.	Licenciamento, inamovibilidade e estabilidade temporária	1061
40.3.2.	Procedimentos e limites da garantia sindical	1062
40.4.	Financiamento sindical	1063
40.4.1.	Contribuição sindical.....	1063
40.4.2.	Contribuição confederativa.....	1063
40.4.3.	Contribuição assistencial.....	1064
40.4.4.	Mensalidade sindical.....	1064
40.4.5.	Considerações finais sobre o financiamento sindical	1065
40.5.	Funções e prerrogativas do sindicato.....	1065
40.5.1.	Função representativa.....	1065
40.5.2.	Representação processual e substituição processual	1066
40.5.3.	Função negocial.....	1066
40.5.4.	Função assistencial.....	1067
40.5.5.	Função política	1067
40.5.6.	Síntese das funções e limites institucionais	1068
41.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA.....	1068
41.1.	Noções gerais e conceito de negociação coletiva.....	1068
41.1.1.	Negociação coletiva como expressão da autonomia coletiva.....	1069
41.1.2.	Dimensão jurídica, social e econômica da negociação coletiva.....	1070
41.1.3.	Negociação coletiva e superação da desigualdade estrutural nas relações de trabalho	1072
41.2.	Funções da negociação coletiva	1073
41.2.1.	Função normativa	1073
41.2.2.	Função regulatória das condições de trabalho.....	1074
41.2.3.	Função pacificadora e preventiva dos conflitos coletivos.....	1075
41.2.4.	A negociação coletiva como instrumento de interesse público e de estabilidade social	1076

41.3.	Sujeitos da negociação coletiva.....	1077
41.3.1.	Sindicatos profissionais e patronais.....	1077
41.3.2.	Representatividade sindical e legitimidade negocial.....	1079
41.3.3.	Limites subjetivos da negociação coletiva.....	1080
41.3.4.	Negociação coletiva e exigência de representação patronal efetiva.....	1081
41.4.	Espécies de negociação coletiva.....	1082
41.4.1.	Negociação coletiva bipartite.....	1083
41.4.2.	Negociação coletiva tripartite.....	1084
41.4.3.	Negociação coletiva setorial, por empresa e por estabelecimento.....	1085
41.5.	Instrumentos normativos coletivos.....	1086
41.5.1.	Convenção coletiva de trabalho: conceito, natureza jurídica e características.....	1087
41.5.2.	Acordo coletivo de trabalho: conceito, natureza jurídica e distinções em relação à convenção coletiva.....	1088
41.5.3.	Diferenças estruturais e funcionais entre convenção coletiva e acordo coletivo.....	1088
41.6.	Vigência, prazos e dinâmica dos instrumentos coletivos.....	1089
41.6.1.	Prazo de vigência das normas coletivas.....	1089
41.6.2.	Prorrogação, revisão e denúncia dos instrumentos coletivos.....	1090
41.6.2.1.	Prorrogação dos instrumentos coletivos.....	1090
41.6.2.2.	Revisão dos instrumentos coletivos.....	1091
41.6.2.3.	Denúncia dos instrumentos coletivos.....	1092
41.6.3.	Ultratividade das normas coletivas: evolução legislativa e jurisprudencial.....	1093
41.7.	Hierarquia normativa e normas coletivas.....	1094
41.7.1.	A posição da norma coletiva no sistema de fontes do Direito do Trabalho.....	1095
41.7.2.	Relação entre lei, convenção coletiva e acordo coletivo.....	1097
41.7.3.	A prevalência do negociado sobre o legislado.....	1098
41.7.4.	Teoria do conglobamento e critérios de comparação normativa.....	1099
41.8.	Limites da negociação coletiva.....	1100
41.8.1.	Direitos indisponíveis e limites constitucionais.....	1102
41.8.2.	Limites jurídicos da negociação coletiva e o controle jurisdicional.....	1103
41.9.	Descumprimento das normas coletivas.....	1105
41.9.1.	Eficácia normativa das convenções e acordos coletivos.....	1106
41.9.2.	Descumprimento de cláusula coletiva e responsabilidade do empregador.....	1107
41.9.3.	Multa convencional: natureza jurídica e exigibilidade.....	1108

41.9.4. O descumprimento da norma coletiva como fator de desequilíbrio das relações coletivas	1109
41.10. Negociação coletiva no setor público	1110
41.10.1. A negociação coletiva dos servidores públicos	1111
41.10.2. Limites constitucionais à negociação coletiva no serviço público	1111
41.10.3. Convenções e acordos coletivos envolvendo a Administração Pública	1112
41.10.4. Negociação coletiva e princípio da legalidade administrativa	1112
41.11. Negociação coletiva e solução dos conflitos coletivos.....	1113
41.11.1. Frustração da negociação coletiva e surgimento do conflito coletivo	1114
41.11.2. Transição para os mecanismos de solução dos conflitos coletivos.....	1115
42. SOLUÇÃO DOS CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO.....	1116
42.1. Noções gerais sobre os conflitos coletivos de trabalho.....	1116
42.1.1. Conceito de conflito coletivo de trabalho	1117
42.1.2. Distinção entre conflito individual e conflito coletivo	1117
42.1.3. Conflitos coletivos de interesses e conflitos coletivos de direito.....	1118
42.1.4. Relevância dos conflitos coletivos no sistema do Direito do Trabalho	1118
42.2. Classificação dos conflitos coletivos de trabalho.....	1118
42.2.1. Conflitos coletivos econômicos (ou de interesses).....	1119
42.2.2. Conflitos coletivos jurídicos (ou de direito).....	1119
42.2.3. Relevância da classificação para a escolha do meio de solução.....	1119
42.2.4. Classificações complementares dos conflitos coletivos.....	1120
42.3. Meios de solução dos conflitos coletivos de trabalho.....	1120
42.3.1. Autocomposição coletiva: negociação direta	1120
42.3.2. Mediação nos conflitos coletivos de trabalho.....	1121
42.3.3. Arbitragem coletiva.....	1121
42.3.4. Heterocomposição judicial: dissídio coletivo.....	1122
42.3.5. Sistema escalonado de solução dos conflitos coletivos	1122
42.4. Greve como forma de autotutela coletiva	1122
42.4.1. Regime jurídico da greve e Lei nº 7.783/1989.....	1123
42.4.2. Pressupostos jurídicos do exercício regular do direito de greve	1123
42.4.3. Greve em atividades essenciais	1124
42.4.4. Greve e controle jurisdicional.....	1124
42.4.5. Greve como instrumento de pressão legítima no sistema coletivo.....	1124
42.5. <i>Lockout</i> : conceito, vedação jurídica e distinção em relação à greve	1124
42.5.1. Vedação legal do <i>lockout</i>	1125
42.5.2. Fundamentos da vedação: assimetria estrutural e proteção coletiva	1125
42.5.3. Distinção entre <i>lockout</i> e exercício regular do poder diretivo.....	1125

42.5.4. Consequências jurídicas da prática de <i>lockout</i>	1126
42.5.5. <i>Lockout</i> e sistema democrático de relações coletivas	1126
43. A PARALISAÇÃO COLETIVA DO TRABALHO: GREVE E LOCAUTE	1126
43.1. A greve como fenômeno jurídico-social e instrumento de autotutela coletiva	1126
43.2. Evolução histórico-normativa da greve	1127
43.3. Do delito ao direito: o percurso no cenário internacional	1128
43.4. A sinuosa trajetória da greve no ordenamento jurídico brasileiro	1129
43.5. Fundamento constitucional e disposição normativa do direito de greve	1131
43.6. Greve: conceito, natureza jurídica e características essenciais	1132
43.7. Greve e outras formas de pressão coletiva: distinções necessárias	1132
43.8. Características essenciais (elementos tipificadores)	1134
43.9. Sujeitos, representação e legitimidade para a deflagração	1134
43.10. Requisitos para a deflagração da greve: negociação prévia, assembleia e comunicação ao empregador	1135
43.11. Serviços essenciais, necessidades inadiáveis e manutenção de contin- gente mínimo: noções básicas e consequências	1137
43.12. Índole jurídica dos piquetes: convencimento, acesso ao trabalho e limites	1138
43.13. Abusividade do direito de greve: hipóteses legais e critérios jurispru- denciais	1138
43.14. Efeitos da greve sobre o contrato e sobre a remuneração: desconto, compensação e modulação	1139
43.15. Responsabilidade civil e a reparação de danos decorrentes do movimento grevista	1141
43.16. Direito de greve no serviço público e seus efeitos	1142
43.17. Greves políticas e movimentos híbridos contemporâneos	1143
43.18. Instituto do locaute (<i>lockout</i>): conceito, características, regime jurídico e vedação expressa	1143
44. DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ À FLEXIBILIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O DESTINO DO DIREITO DO TRABALHO	1145
44.1. O Supremo Tribunal Federal diante dos ataques de 8 de janeiro de 2023 e a defesa institucional da democracia constitucional	1145
44.2. A caracterização jurídica dos atos de 8 de janeiro e a responsabilização penal	1146
44.3. A coordenação por agentes de alta patente e a superação da tese de atos individuais	1146
44.4. O STF como ator político-jurídico e os limites da jurisdição constitucional	1146
44.5. O Supremo Tribunal Federal e os direitos trabalhistas: uma leitura crítica	1147
44.6. <i>Lawfare</i> e seletividade institucional em relação à classe trabalhadora	1147
44.7. A atuação do Tribunal Superior do Trabalho e a construção de prece- dentes defensivos	1147

44.7.1. A Formação de Precedentes Vinculantes pelo TST e a Técnica do <i>Distinguishing</i>	1148
44.8. A Reforma Trabalhista de 2017: contexto político e efeitos estruturais.....	1148
44.9. Democracia política versus democracia social: uma contradição institucional.....	1149
44.10. Entre a Proteção Social e a Livre Iniciativa: O Supremo Tribunal Federal e a Desconstrução do Direito do Trabalho.....	1149
44.11. Análise final.....	1150

PARTE IV

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E COMUNITÁRIO

TÍTULO I

DIREITO INTERNACIONAL E CONVENCIONAL	1153
45. A METAMORFOSE DO DIREITO INTERNACIONAL NA PÓS-MODERNIDADE	1153
46. OS SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....	1154
46.1. A natureza da subjetividade internacional.....	1154
46.1.1. O Estado como sujeito primário e originário.....	1154
46.1.2. Organizações Internacionais (OIs): personalidade derivada e funcional.....	1155
47. OS ÓRGÃOS DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS: DIREITO DIPLOMÁTICO E CONSULAR	1155
47.1. O <i>jus legationis</i> e a representação estatal.....	1155
47.1.1. A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961).....	1155
47.1.2. A Convenção de Viena sobre Relações Consulares (1963).....	1156
47.1.3. Missões especiais (diplomacia <i>ad hoc</i>).....	1156
47.1.4. Síntese comparativa e conclusiva.....	1157
48. A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO E DE EXECUÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO.....	1157
48.1. A evolução da soberania e o acesso à justiça.....	1157
48.2. A distinção entre atos de império e atos de gestão.....	1158
48.3. A jurisprudência brasileira e o âmbito trabalhista.....	1158
48.4. A imunidade de execução e seus limites.....	1158
48.5. A imunidade das organizações internacionais.....	1159
49. O REGIME JURÍDICO DO ESTRANGEIRO NO BRASIL: SEGURANÇA JURÍDICA, LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS E ATIVIDADES PROFISSIONAIS	1161
49.1. O tratamento jurídico ao migrante.....	1161
49.2. Limitações aos direitos políticos e ao exercício de cargos, empregos e funções públicas.....	1161

49.3. Restrições patrimoniais e econômicas: a aquisição de terras rurais e setores estratégicos.....	1162
49.4. A nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) e os limites à atividade econômica do estrangeiro.....	1164
49.5. O estrangeiro na relação de trabalho: visão do TST.....	1165
49.6. Limitações em zonas de fronteira e segurança nacional	1165
50. OS TRATADOS INTERNACIONAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: PROCESSO DE INCORPORAÇÃO, HIERARQUIA E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	1166
50.1. O iter procedimental de incorporação e a hierarquia normativa.....	1166
50.1.1. Fases do processo de incorporação	1167
50.1.2. Vigência temporal e espacial dos tratados	1168
50.2. Exigibilidade e efetividade das normas internacionais.....	1168
50.3. Hierarquia dos tratados internacionais e a jurisprudência do STF	1168
50.4. Extradição e proteção dos direitos humanos.....	1170
50.5. Homologação de sentenças estrangeiras	1170
50.6. Controle de convencionalidade.....	1171
51. A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) E O DIREITO SOCIAL GLOBAL	1173
51.1. O tripartismo e a eficácia das normas internacionais.....	1173
51.2. A Declaração de 1998 e os princípios e direitos fundamentais no trabalho.....	1174
51.3. Os mecanismos de controle e denúncia: a Comissão de Peritos e a Comissão de Aplicação de Normas	1175
51.4. A OIT na jurisprudência brasileira (STF e TST).....	1176
52. A OMC E A DIMENSÃO SOCIAL DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: O COMBATE AO DUMPING SOCIAL.....	1177
52.1. A relação entre livre comércio e direitos laborais.....	1177
52.2. A OMC e a concorrência internacional: o conflito de competências	1178
52.3. O fenômeno do <i>dumping</i> social.....	1179
52.4. A cláusula social nos tratados internacionais.....	1180
52.5. O selo social e a responsabilidade social corporativa	1180
53. O CONFLITO DE LEIS TRABALHISTAS NO ESPAÇO: O TRABALHADOR BRASILEIRO NO EXTERIOR E EM EMBARCAÇÕES	1181
53.1. Globalização e o Direito do Trabalho transnacional	1181
53.2. Critérios clássicos de conexão no conflito de leis trabalhistas.....	1182
53.2.1. O princípio do <i>locus regit actum</i>	1182
53.2.2. O princípio da <i>lex loci executionis</i>	1182
53.3. Superação do territorialismo estrito e a Lei nº 7.064/1982	1182
53.4. O princípio da proteção e a norma mais favorável no trabalho internacional.....	1182

53.5. Garantias asseguradas ao trabalhador brasileiro no exterior	1183
53.5.1. FGTS e previdência social.....	1183
53.5.2. Direitos relacionados à transferência internacional.....	1183
53.5.3. Cômputo do tempo de serviço no exterior	1183
53.6. Jurisdição brasileira nos contratos de trabalho com elementos estrangeiros.....	1183
53.7. Trabalho em embarcações e o labor em alto-mar	1183
53.7.1. O princípio da lei da bandeira	1183
53.7.2. Mitigação da lei da bandeira na jurisprudência trabalhista	1184
53.8. A Convenção sobre Trabalho Marítimo (MLC 2006).....	1184
53.9. Entendimento jurisprudencial do TST sobre o trabalho em cruzeiros marítimos.....	1184
 TÍTULO II	
O DIREITO COMUNITÁRIO E A INTEGRAÇÃO REGIONAL: UNIÃO EUROPEIA E MERCOSUL	1185
54. A SUPRANACIONALIDADE E A INTERGOVERNAMENTALIDADE: FUNDAMENTOS DO DIREITO COMUNITÁRIO	1185
54.1. Princípios fundamentais do Direito Comunitário.....	1185
54.2. A União Europeia: constituição histórica e estrutura orgânica	1186
54.3. A dimensão social da integração europeia e a construção da “Europa Social”	1187
54.4. O Direito Social europeu e suas normas fundamentais.....	1187
54.5. Diálogo entre o Direito Comunitário europeu e o Direito brasileiro	1187
55. O MERCOSUL: CONSTITUIÇÃO, REGIME JURÍDICO E A LIVRE CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES	1188
55.1. A gênese e a constituição jurídica do Mercosul.....	1189
55.2. A livre circulação de trabalhadores: evolução e instrumentos normativos.....	1189
55.3. Conflito de leis trabalhistas no espaço Mercosul: a visão do TST	1190
56. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CONVERGÊNCIA ENTRE ORDENS JURÍDICAS E A TUTELA TRANSNACIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	1191
 PRECEDENTES VINCULANTES DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO FIRMADOS EM INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) E INCIDENTES DE RECURSOS DE REVISTA REPETITIVOS (IRR)	1193
 TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA TRABALHISTA	1242
POSFÁCIO	1273
AGRADECIMENTOS.....	1277
REFERÊNCIAS.....	1279

LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA E INTERNACIONAL.....	1340
LEGISLAÇÃO NACIONAL.....	1341
Constituições	1341
Emendas Constitucionais	1341
Leis Complementares.....	1342
Códigos, Leis Ordinárias e Decretos-Leis	1343
Medidas Provisórias.....	1351
Decretos.....	1352
Outros Atos Normativos (Portarias, NRs, Resoluções)	1353
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF).....	1355
Súmulas Vinculantes e Controle Concentrado (ADC, ADI, ADO, ADPF).....	1355
Repercussão Geral (Temas e Recursos – RE/ARE)	1357
Outras Classes (Inquérito, Mandado de Injunção, Reclamação)	1358
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST).....	1359
Incidentes Vinculantes (IAC, IRR).....	1359
Links de acesso (fontes de pesquisa).....	1359